



SEXTA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)

OTTAWA, CANADÁ
13 A 15 DE SETEMBRO DE 2009

PROSPERIDADE E COOPERAÇÃO: UMA NOVA AGENDA PARA AS AMÉRICAS

* *

RELATÓRIO FINAL Grupo de Trabalho No. 1: Crise Financeira e Econômica

(versão sujeita a modificações estilísticas)

O Grupo de Trabalho sobre a Crise Financeira e Econômica reuniu-se no Parlamento do Canadá em Ottawa, Canadá, em 13-14 de setembro de 2009.

O excelentíssimo Luiz Carlos Hauly, membro da Câmara dos Deputados e presidente do FIPA presidiu as sessões do Grupo de Trabalho. O objetivo do Grupo de Trabalho era:

- Estudar o impacto da crise econômica mundial nas Américas e suas implicações para o desenvolvimento, redução da pobreza e cooperação econômica regional; e
- Identificar que países das Américas podem trabalhar juntos para vencer os desafios apresentados pelas atuais condições econômicas.

APRESENTAÇÃO

A primeira sessão do Grupo de Trabalho sobre a Crise Financeira e Econômica começou com uma apresentação de Vinita Watson, diretora executiva para o Canadá junto ao Banco de Desenvolvimento Interamericano. A apresentação da sra. Watson começou com um panorama da crise financeira e econômica, com enfoque no seu efeito sobre a América Latina. Ela observou que a crise representou um choque externo significativo para a região. A crise econômica em países industrializados reduziu a demanda para importação de bens produzidos na América Latina; a queda nos preços de commodities reduziu o valor de alguns dos mais importantes produtos industriais e comerciais; e condições financeiras internacionais afetaram a disponibilidade do crédito em toda a região.

Entretanto, ao mesmo tempo, a sra. Watson observou que a América Latina como um todo se encontrava numa posição muito mais forte para enfrentar essa crise comparado às mais recentes crises econômicas. Especificamente, ao contrário da crise financeira de 1997-1998, as bases econômicas na América Latina estavam fortes antes do início da crise atual. As principais economias da região tiveram em geral um excedente fiscal; os níveis da dívida pública caíram de forma dramática desde 2002; as reservas internacionais estavam altas; e a dependência com relação à títulos de dívida em moeda estrangeira era baixa.

Como resultado da melhoria das variáveis macroeconômicas fundamentais na região, a sra. Watson afirmou que América Latina se encontrava numa posição muito melhor para adotar políticas monetárias e fiscais contracíclicas e aliviar o impacto dos choques externos adversos nas economias da região. Uma prova dessa posição sólida era o fato de que inúmeros países da região puderam introduzir planos de incentivo fiscal e reduzir as taxas de juros numa tentativa de melhorar o acesso ao crédito.

A sra. Watson sugeriu que estas medidas de incentivo ajudarão a aliviar o impacto da crise e que, conseqüentemente, a recessão na região será de curta duração e a América Latina voltará a registrar um crescimento positivo em 2010.

A segunda parte da apresentação da sra. Watson enfocou a evolução econômica recente no mundo. Mais concretamente, ela indicou que havia indícios de que a pior etapa da crise poderia ter terminado e que a economia mundial estava começando a se recuperar. As condições dos mercados financeiros estão melhorando e há indícios claros de uma certa recuperação nos mercados mundiais de matérias primas, assim como no setor manufatureiro.

A sra. Watson informou também os participantes do grupo de trabalho que, apesar dos indícios precursores de recuperação observados na economia, alguns países da região enfrentavam desafios particularmente difíceis. Destacou especificamente a situação dos países dependentes de remessas e turismo como um dos casos para os quais a recuperação econômica será mais difícil.

A última parte da apresentação da sra. Watson enfocou as oportunidades políticas que a crise apresenta para as Américas. Ela indicou que para evitar os erros cometidos em crises anteriores, os governos da região deveriam trabalhar para adotar respostas políticas coordenadas e mutuamente informadas. É preciso prestar atenção na política fiscal, na regulamentação financeira, no restabelecimento de fluxos de capital, no apoio ao comércio intraregional e na adoção de medidas para evitar o protecionismo. A sra. Watson insistiu especialmente no fato de que as diferenças sobre questões comerciais não deveriam converter-se em obstáculos para a cooperação regional.

Para iniciar as discussões do grupo de trabalho, a sra. Watson concluiu sua apresentação sugerindo duas perguntas para debate. Primeiramente, desafiou os participantes a considerar o nível de preparação da região se a recuperação econômica for longa e lenta: quais seriam os desafios específicos que apresentaria um período de recuperação de 4 ou 5 anos? Como uma recuperação lenta afetaria questões como a pobreza e a coesão social? Em segundo lugar, ela enfocou seu ponto de vista segundo o qual o comércio era um dos elementos fundamentais para conseguir uma recuperação econômica duradoura na região. Tendo presente esse ponto, ela pediu aos participantes que considerassem as oportunidades de política que existem – na sua opinião – para aumentar a integração comercial e econômica nas Américas e aproveitar as vantagens que o comércio oferece à região.

DISCUSSÕES

Depois a apresentação da sra. Watson, os participantes do workshop começaram suas deliberações. As discussões foram abertas, cordiais e abordaram um grande leque de assuntos. Além de trocar pontos de vista e observações sobre as causas e impactos da crise nas suas respectivas economias, os participantes também discutiram sobre os desafios e questões que



enfrentam por ocasião da recuperação das economias. O enfoque dessas discussões gravitaram em torno de três temas: reforma financeira, regulamentação e supervisão; comércio, concorrência e integração econômica; e estratégias e melhores práticas para garantir uma recuperação econômica rápida e sustentável. Geralmente, os participantes estavam de acordo que é importante que todos os países das Américas precisem trabalhar juntos, para aprender a partir dos erros passados e tomar medidas para evitar outra crise grave no futuro.

Reformas e regulamentação de serviços financeiros foram um ponto de discussão importante nas deliberações do workshop. O debate abordou inúmeras questões, inclusive a necessidade de transparência essencial nos mercados de serviços financeiros; e a necessidade para educação do consumidor sobre a natureza e o risco inerente de hipotecas e instrumentos de serviços financeiros. Diversos participantes sugeriram que um sistema ou entidade de regulamentação internacional era necessário para ajudar a prevenir outra crise similar no futuro. Entretanto, alguns parlamentares expressaram preocupações com relação às opiniões de economias menores que poderiam ser esquecidas por ocasião da criação de um tal órgão de regulamentação/supervisão. Outros acreditam que é imprescindível que num tal órgão de regulamentação, todos os países deveriam obedecer aos mesmos padrões.

Os participantes do workshop também discutiram a importância da integração econômica e comercial garantindo uma recuperação rápida da recessão mundial atual. Observou-se que todos os países das Américas devem resistir à tentação de impor medidas protecionistas para inibir o comércio, mas deveriam trabalhar de forma mais estreita para eliminar barreiras ao comércio e explorar oportunidades para uma integração econômica mais sólida. Foi sugerido que a integração econômica nas Américas era um componente decisivo de uma estratégia de recuperação e que seria um elemento-chave para acelerar o crescimento econômico e reduzir a pobreza em todo o hemisfério. Algumas das deliberações também trataram da necessidade de prestar mais atenção às políticas microeconômicas, que são também de importância decisiva com relação à recuperação econômica.

Os parlamentares identificaram vários obstáculos para atingir a meta de incrementar a integração econômica e os vínculos comerciais. Entre eles, estão incluídos a necessidade de reduzir os custos do comércio, oferecer atividades de facilitação do comércio e de desenvolvimento de capacidades aos países em desenvolvimento, construir infraestrutura de transporte adequada e melhorar o acesso ao financiamento comercial, sobretudo levando em conta o efeito da crise na redução do acesso ao crédito na economia real.

A relação entre o comércio e a pobreza foi outro dos temas abordados durante as deliberações do workshop. Os participantes salientaram que o comércio pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução da pobreza, mas que é preciso adotar medidas para assegurar que os pobres aproveitem do comércio. Observou-se que as crises econômicas têm um impacto desproporcionado na população mais pobre e que as políticas governamentais devem garantir que a recuperação econômica permita melhorar as vidas dos pobres da região.

Um tema de debate conexo foi a necessidade de melhorar a participação na economia formal. Vários parlamentares observaram que o emprego no setor informal não oferece a segurança, prestações e direitos básicos associados com a participação na economia formal. Alguns presentes indicaram também que o emprego informal era um dos principais fatores que contribuíam para a

pobreza e a desigualdade de renda na América Latina. Os participantes debateram estratégias para fomentar a participação na economia formal e eliminar o emprego informal. Entre as sugestões está oferecer um salário mínimo garantido para romper o círculo da pobreza na região.

O terceiro tema geral debatido se concentrou nas estratégias para superar a recessão econômica. Parlamentares de diferentes países compartilharam suas melhores práticas para responder aos desafios apresentados pela crise. Observou-se que cada país das Américas é único e que, como tal, necessitará de estratégias e mecanismos únicos para responder a suas inquietudes e problemas específicos. A maioria dos participantes se mostrou a favor de programas de incentivo fiscal e financiamento com déficit para revitalizar o crescimento econômico, apesar de que alguns se mostraram prudentes para evitar voltar a uma era de gastos deficitários contínuos; se pecam por excesso de permissividade, as políticas econômicas expansionistas podem dar lugar à hiperinflação e à desestabilização econômica.

Além dos participantes procedentes das Américas, nas sessões do workshop participou também uma delegação de observadores da China. A delegação chinesa se dirigiu aos participantes durante a segunda jornada das discussões para apresentar os pontos de vista da China sobre a crise financeira e econômica, e explicar as estratégias e políticas que a China tem implementado para mitigar os efeitos da crise e os êxitos que conseguiu. A delegação chinesa também apresentou uma série de perguntas sobre temas como os desequilíbrios comerciais mundiais, seus planos para incrementar a demanda de consumidores nacionais, as perspectivas para uma moeda mundial e seus pontos de vista sobre o estabelecimento de relações comerciais com as Américas.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.

Baseado nas deliberações no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Crise Financeira e Econômica realizadas no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA FAZ AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:

1. Que os países das Américas deveriam fazer todo o esforço para promover integração e cooperação econômica na região. Essa integração deveria aumentar a cooperação em comércio, desenvolvimento da infra-estrutura, inovação e tecnologia e regulamentação de serviços financeiros.
2. Que os países-membros do FIPA deveriam explorar a possibilidade de padronizar a legislação em matéria de normas e condições de investimento e fomentar a transparência em todo o hemisfério para garantir um desenvolvimento sustentável e garantir que os benefícios dos investimentos sejam divididos por todos. Nenhum país deveria deixar de atrair investimento estrangeiro direto porque as regras para os investimentos são mais flexíveis em outro lugar.
3. Que os países-membros do FIPA deveriam fazer o esforço de trabalharem juntos para uma conclusão satisfatória da Rodada de Desenvolvimento de Doha de negociações comerciais



multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC). Simultaneamente, os países deverão trabalhar para fortalecer o comércio na região e eliminar tarifas e medidas protecionistas nas Américas.

4. Que os países-membros do FIPA garantam uma atuação responsável no tocante à matéria fiscal. A curto prazo, o orçamento deficitário temporário poderia ser uma responsabilidade política contracíclica apropriada às crises econômicas. Entretanto, com base em suas experiências passadas, os países das Américas não deveriam voltar à prática de déficits anuais persistentes a longo prazo.
5. Que as políticas contracíclicas implementadas pelos países das Américas deveriam visar a preservação dos salários e dos empregos na região, no respeito das leis nacionais e promovendo padrões internacionais para condições de trabalho tais como as citadas nas convenções da OIT.
6. Que, considerando a importância de um banco central forte para fomentar a confiança em mercados financeiros, os países membros do FIPA deveriam trabalhar para preservar a autonomia de seus bancos centrais e agências federais de reserva.
7. Que os países-membros do FIPA deveriam ser incentivados a revisarem sua legislação num esforço de fortalecer as instituições que lidam com o controle e supervisão de instituições financeiras e seus produtos, assim como agências de qualificação de crédito, para evitar medidas especulativas, conflitos de interesse e falta de transparência na tomada de decisão em mercados de capital.
8. Que os países-membros do FIPA deveriam implementar políticas públicas para incentivar, como parte de alianças públicas-privadas, a ativação ou criação de unidades produtivas que criariam emprego formal de modo a promover um desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, os países do FIPA deveriam também promover políticas, incentivos e programas que provocarão o maior desenvolvimento possível de pequenas e micro empresas, garantindo sua participação e competitividade nos mercados internos e externos.

Excelentíssimo Luiz Carlos Hauly

Membro da Câmara dos Deputados do Brasil e Presidente do FIPA

Presidente do Grupo de Trabalho

Michael Holden, Analista, Biblioteca do Parlamento

Relator